

17 FEV 1996

ECONOMIA -

Brasil

SÁBADO, 17 DE FEVEREIRO DE 1996

CIRO GOMES

Alguns números para refletir



Velha e renitente mania de gastarmos mais do que arrecadamos

Todas as atenções brasileiras têm sido absorvidas por um número muito importante que mexe de forma essencial com a vida de todos: a taxa de inflação aparentemente estacionada ao redor de 1% ao mês. Para um povo e uma economia que por longos anos tiveram sua vida infernizada pela superinflação isso não é pouco. Digo logo eu também esse número porque sei que sem uma inflação sob controle não é possível pensar seriamente em nenhum outro objetivo de organização do Estado e do modelo de desenvolvimento do País. Mas, sem querer ser estraga-prazeres e mesmo me arriscando a ir contra a onda cega de aplausos — espontâneos ou produzidos — tenho para mim que é inadiável mais do que já foi postergado, que pensemos na evolução de outros números de menor bilheteria, mas não menos importantes para a sorte do Brasil, até para a sustentabilidade do controle inflacionário.

Os números relativos aos fluxos fiscais, à situação patrimonial (dívidas x ativos) do setor público brasileiro e alguns indicadores de qualidade e quantidade na atividade econômica privada, conseqüentes claramente, por um lado, do passar do tempo sem que se ataquem de forma eficaz as mudanças estruturais de que carecemos e, por outro, da própria estratégia utilizada pela estabilização, são muito inquietantes.

Nós deveríamos estar cansados de saber que a causa básica da crônica inflação no Brasil foi sempre o desequilíbrio fiscal, nossa velha e renitente mania de gastarmos muito mais do que arrecadamos. A falta de condições políticas na época do Plano Real na sua partida adiou para uma etapa seguinte o enfrentamento das origens da inflação para atacá-la nos efeitos. Pensou-se que uma vez estabilizada a economia

dar-se-iam as condições políticas para que uma reforma fiscal e patrimonial fosse implementada.

Assim, os remédios sérios, mas amargos e de efeitos colaterais terríveis com o passar do tempo — câmbio apreciado, juros altíssimos, comércio exterior abruptamente aberto — seriam substituídos por uma consistente equação de um Estado saneado e restaurado em sua capacidade de poupar e investir, e de liderar

uma política industrial e de comércio exterior competente. Dizem os economistas, substituir as âncoras monetária e cambial por uma sólida e definitiva âncora fiscal, e pelo planejamento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento.

Tal passo seguinte não foi praticado a despeito das anunciadas intenções e, o que é pior, o bastidor do enfrentamento contra a inflação piorou de forma gravíssima no ano em que se esperava sua reversão. O fluxo fiscal de 1994 consolidou, na marra, um superávit de cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, tendo arrecadado 27% do mesmo PIB em receita pública. O ano de 1995 termina com um déficit cavalgar de 4,5% embora a arrecadação tenha atingido o recorde de 30%. Sem que nada sério se tenha realizado na qualidade dos gastos públicos nem em infra-estrutura, nem no serviço público, como se sabe, agonizantes. E nós estamos falando num movimento relativo de erosão da saúde financeira do País de estonteantes 9,5% do PIB em apenas um ano!

Diga-se, em agravamento do argumento, que os movimentos práticos do governo tendem a piorar esse cenário, pois salvo a conta de juros em tendência de queda (atualmente a principal responsável pelo incremento dos gastos) na área tributária nada faz acreditar na repetição da mesma receita para o ano de 96. E, pior, a proposta de refor-

ma nessa área que dormita no Congresso tende a reduzir as receitas ainda mais. Talvez a reforma administrativa uma vez aprovada permita uma consistente queda nas despesas. Quero só ver isso acontecer em ano eleitoral ou em contexto de reeleição pretendida. Pode ser. Pela tradição (rara no serviço público brasileiro) isso é mais provável de ser feito na primeira hora dos governos recém construídos e, para esse governo e seus parceiros nos Estados e municípios, tal hora já passou.

Na área patrimonial as coisas também estão se passando de forma preocupante. O governo parece que achou um "jeitinho" fácil de acomodar tudo, mandando a conta para o estoque da dívida mobiliária que vem crescendo galopantemente sem maior atenção do País, apesar de seus efeitos deletérios para a economia privada (nível de emprego também) e para o colapso generalizado do setor público (para uma receita mensal de R\$ 1,2 bilhão, a dívida do Estado de São Paulo, por exemplo, cresce ao redor de R\$ 1 bilhão por mês!).

Para premiar os inadimplentes do crédito rural (apenas 4% do universo dos agricultores e 20% dos que se endividaram) a emissão de R\$ 7,5 bilhões em títulos, para a operação do escandaloso Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (o inexplicável socorro a dois bancos privados faliados por problemas de gestão) mais R\$ 10 bilhões, para o Banespa, R\$ 7,5 bilhões, para Estados e municípios inadimplentes, mais R\$ 3 bilhões...

O fato contundente é que a situação patrimonial brasileira vai se deteriorando aceleradamente e uma das soluções estruturais mais expressivas de que dispúnhamos a nos diferenciar conceitualmente das delicadas situações do México e Argentina, vai nos escapando da mão: a privatização de alguns de nossos ativos teria a força de resolver o estoque de nossa dívida e com isso nos permitir despencar a taxa de juro para o civilizado patamar internacional de 6% ao ano. Essa

operação de saneamento patrimonial mais a solução para o fluxo fiscal resultariam num estoque de poupança pública capaz de liderar em bases consistentes o desenvolvimento com estabilidade que sonhamos e merecemos.

Ao fim de 1994 o estoque de nossa dívida interna era de R\$ 63 bilhões. Em fevereiro de 1996, um ano e um mês depois, essa soma ultrapassa os R\$ 110 bilhões. Por hipótese, se vendêssemos a participação do governo na Telebrás (R\$ 18 bilhões, por baixo), na Eletrobrás (R\$ 17 bilhões, pelo menos) e na Vale do Rio do Doce (R\$ 10 bilhões, no mínimo) poderíamos ter abatido cerca de 71,4% do total da dívida. A mesma operação feita hoje só nos permitiria abater cerca de 41% desse total. Como se vê, o passar do tempo também nessa questão sensível não é neutro. É a própria possibilidade de praticarmos soluções estruturais e definitivas que vai nos fugindo, por pura ineficácia política fortemente caracterizada por um estranho cronograma em que se parece dispor de todo o tempo do mundo. Somem-se esses problemas de especificidade brasileira com os problemas tremendos que a nova ordem econômica mundial impõe e poderemos compreender o drama que o aparato produtivo brasileiro está passando. E é daí que vêm os outros números a merecer reflexão e ação pronta.

Em 1995 a produção industrial brasileira cresceu irrisórios 1,7% contra taxas pelo menos três vezes maiores em 1994. O número de falências e concordatas duplicou no mesmo período. A participação das exportações de manufaturados em nossas vendas externas caiu 20% em apenas um ano. Digo para arrematar, não é a taxa de inflação baixa, como querem alguns, a causa desses problemas; é o adiamento indefinido do ataque conseqüente às reformas que nos faz argumentar contra a onda de aplauso que está anestesiando o governo.

■ **Ciro Gomes** foi ministro da Fazenda e governador do Ceará

■ **Joelmir Beting** está em férias